DISCURSO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUANTO A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES OU CONFLITOS?

SPEECH OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS ABOUT WHAT IS THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES: POSSIBILITIES OR CONFLICTS?

Marli Roque Branco[1]
Zelia Aparecida Milani Parizotto[2]

RESUMO: Com objetivo de discutir aspectos da inclusão nas práticas educacionais, aprofundando os conhecimentos quanto às dificuldades encontradas pelos Professores de Educação Física no atendimento de alunos com deficiência em Escolas Públicas de Ivinhema/MS, realizou-se pesquisa qualitativa, com amostra de 08 sujeitos, utilizando-se de questionário com questões abertas. Constatou-se com base na opinião dos Professores, que as escolas públicas ainda não possuem infraestrutura adequada para desenvolver projetos inclusivos, principalmente em recursos humanos. O discurso dos professores de Educação Física apontou para situações inseridas no processo de inclusão, como: possibilidades e conflitos, necessidades educacionais especializadas na área, possíveis ações na prática do dia-a-dia. Conclui-se a necessidade de políticas educacionais voltadas para a inclusão com propostas mais efetivas de orientação e capacitação contínua do professor para atendimento de qualidade do aluno com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino Regular. Aluno com Deficiência.

ABSTRACT: With the objective to discuss about inclusion in the educational practices, by deepening the knowledge as regards the difficulties encountered by teachers of Physical Education in the care of disabled students in Public Schools from Ivinhema/MS, was carried out a qualitative research with 08 individuals as sample, using a questionnaire with open questions. It was found based on the opinion of teachers that the public schools still lack of an adequate infrastructure to develop inclusive projects, mainly in human resources. The speech of the physical education teachers pointed at situations inserted in the inclusion process, such as: possibilities and conflicts, specialized educational needs in the area, possible actions in the day practice by day. It was concluded the necessity to focus in educational policies for the theme with more effective proposals for guidance and continuous qualification for quality of treatment for disabled student.

Keywords: Inclusion. Regular Education. Disabled Student.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da proposta de inclusão se fazem importantes e necessárias na sociedade atual. Afinal, vive-se em uma época em que o respeito à diversidade e as garantias

[1] Graduada em Educação Física pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: li.roque@hotmail.com.
[2] Professora Substituta do Curso de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

ao direito de cada pessoa provém de reivindicações por uma sociedade mais justa e igualitária. É neste sentido que a temática inclusão, traz a ideia de uma sociedade que considera a diversidade humana, em seus diferentes tipos de atividades nas distintas redes de relacionamentos, "estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão. Das maiorias e minorias, privilegiados aos marginalizados" (WERNECK, 1999, p. 108).

A educação inclusiva visa à inclusão de todos os alunos nas escolas públicas, independente de suas necessidades especiais ou condição física. A sociedade tem que estar aberta para alunos que apresentem alguma deficiência também possam realizar atividades de alto nível em seu intelecto, cabendo ao professor identificar e explorar a limitação de cada pessoa. A função de cada professor é de proporcionar vivências e oportunidades motoras, adaptando-se às mais diferentes realidades (WERNECK, 1999; SILVA, 2008; SOUZA *et al*., 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sob a lei 12.796, de 4 de abril de 2013, caracteriza a Educação Especial como modalidade de ensino que permeia a todos os níveis escolares, deixando a clareza de que não há tipos separados de educação nos sistemas de ensino, sempre primando pelo direito universal à educação para todos. Dessa forma, as unidades escolares devem adotar conjuntos de recursos organizados e disponibilizados para que todos os alunos possam desenvolver com dignidade e respeito suas competências, entre eles os que necessitam de apoio Diferenciado (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Tendo em vista a vasta importância de professores qualificados para a formação de novos cidadãos, independente de suas habilidades, e a Educação Física se inclui nesta premissa, torna-se necessário um aprofundamento em relação à temática. São os professores que carregam a árdua tarefa de conciliar todas as especialidades de seus alunos. A inclusão escolar implica o atendimento das exigências de uma sociedade que não deve admitir preconceitos, discriminações ou barreiras entre os alunos. Para isto, faz-se necessária a formação contínua de professores para realizarem as propostas de ensino (MANTOAN, 1997; WERNECK, 1999; SILVA, 2008;).

Sabe-se que a legislação é explicita quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentes de suas necessidades ou diferenças, e neste ínterim, algumas questões serviram de ponto de partida na organização deste trabalho: As escolas públicas estão estruturadas para o desenvolvimento pedagógico dos alunos deficientes? Os professores de Educação Física estão preparados para acolher e desenvolver ações efetivas junto aos

alunos especiais? É necessário e urgente que os sistemas de ensino se organizem para que, além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade de ensino (MANTOAN, 1997; WERNECK, 1999; SILVA, 2008).

Discutir acerca das problematizações da inclusão, aprofundando os conhecimentos quanto às dificuldades encontradas pelas escolas e professores de Educação Física no acolhimento e atendimento de alunos com deficiência, foi o foco principal deste estudo que buscou ainda: demonstrar a importância da prática inclusiva no ensino público de Ivinhema-MS; e, constatar as barreiras enfrentadas pelos professores na prática pedagógica no atendimento de alunos com deficiências.

A visão deste estudo se justificou em chamar a atenção dos profissionais de Educação Física envolvidos e dos educadores, de uma forma geral, não permitindo que o assunto fique somente no papel, mas sim, que a discussão traga à luz, olhares mais sensibilizados à causa do aluno com deficiência e promoção de ações mais efetivas para essa população. Para isto, serviu-se do referencial teórico fundamentado nos seguintes autores: Mantoan (1997; 2003); Brasil (1998); Werneck (1999); Silva (2008); Celedón (2008); Souza *et al*, (2010); Filus (2011); Gurgel (2007) e Facion (2012), dentre tantos outros que defendem a ideia da inclusão como proposta necessária e possível.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aspectos da Inclusão: um breve histórico

A educação especial, ao longo da História, tem sido considerada como educação para deficientes, independente de qual seja a deficiência: auditiva, mental, visual, física, motora, múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos de desenvolvimento. Antes do século XX, não existia a ideia de inclusão para todos. Deste modo, a maioria das pessoas - principalmente mulheres, deficientes mentais e físicos, pobres e de outras raças que não a branca - não tinham o direito ou às condições mínimas para frequentarem a escola (CELEDÓN, 2008).

Conforme aponta Filus, (2011) no texto *Amarrações e arrumações na inclusão escolar do município de Hortolândia-SP*, ao citar Ferreira (1993): no final do século XIX e início do século XX, a necessidade da institucionalização tomou formas um tanto quanto violentas, com o movimento eugênico que dominou os Estados Unidos e a Europa, afetando também o Brasil. A suposição levantada por estudos genealógicos de que a deficiência intelectual e outras características socialmente indesejáveis poderiam ser transmitidas hereditariamente,

trouxe medidas drásticas como a esterilização, maior isolamento e institucionalização (FILUS, 2011).

Ainda nesse trajeto da educação especial no decorrer da história, agora citando Jannuzzi (2004), a autora elucida que ainda durante o século XX, com a obrigatoriedade e expansão da escola básica na França, multiplicaram-se as escolas especiais para dar conta dos inúmeros casos de crianças que não acompanhavam o ritmo das demais nas escolas comuns. Essas instituições especiais tinham programas próprios, técnicas e especialistas, diferenciando-se do sistema de ensino geral (FILUS, 2011).

Celedón (2008) explica, nesta direção, que foi no século XX, que começou a chamada segregação (separação das classes). Desse modo, mais pessoas tinham acesso à escola, mas raramente se misturavam com os alunos representantes da classe dominante. Já na segunda metade do século, surgem as "escolas especiais", que atendem as crianças "deficientes", e, pouco mais tarde, as classes especiais dentro das "escolas comuns". Surge, assim, a separação de dois sistemas educacionais: de um lado a educação especial e do outro a educação comum.

Estes passavam a frequentar as classes comuns, desde que conseguissem se adaptar, o que raramente na prática acontecia. O crescimento de atendimentos particulares durante esse período histórico se deveu também ao advento das duas grandes guerras mundiais e ainda daquelas mais regionalizadas, que exigiram da Europa, principalmente da Inglaterra, avanços na área da saúde e medicina na busca por atender os lesionados em combate e dar maiores condições de qualidade de vida a população (SILVA, 1986).

Na década de 1970, surge a ideia de integração, espaços e propostas em que escolas comuns aceitavam alguns alunos, antes marginalizados ou abandonados e com a chegada dos anos 1990, se concretiza a ideia da inclusão, ou seja, os primeiros movimentos que indicavam caminhos para o surgimento da inclusão escolar para todos os deficientes, passando-se a entender que existe apenas um tipo de educação, e ela é para todos, sem restrição, nem separação (CELEDÓN, 2008).

Vale enfatizar as diferenças entre inclusão e integração, já que a escola integradora é aquela em que o aluno é que se adequa a ela, enquanto que, a escola inclusiva busca conhecer a realidade do aluno deficiente e se atenta a dar todo o suporte que este necessita para uma educação digna e igualitária (MAZZOTTA, 2007; CELEDÓN, 2008).

Foi com um movimento de pessoas com deficiência e de seus familiares que se deu inicio a inclusão, na luta pelos seus direitos de igualdade na sociedade. E assim, seus direitos começam a ser conquistados a partir da educação (da escola, lugar onde se ensina cidadania),

se chegou até a escola a inclusão (espelho da sociedade). Hoje a inclusão é direito de todos sem rótulos, sem discriminação, conforme afirma (CELEDÓN, 2008).

Para entender o que é Inclusão

A Inclusão é uma inovação, na qual o sentido tem sido distorcido pelos mais diferentes segmentos educacionais. É um movimento de luta das pessoas com deficiência e de seus familiares em busca dos seus direitos, oportunidades e lugar na sociedade. Contudo, percebe-se que ainda em tempos atuais, caminhamos em passos lentos para a inclusão, pois se faz necessário quebrar muitos paradigmas, como o preconceito, no intuito de preparar a sociedade para receber e aceitar as diversidades das muitas formas de inclusão (BRASIL, 1998; ARANHA, 2002; SOUZA *et al*., 2010).

A educação inclusiva se caracteriza como processo de incluir os portadores de deficiência ou com distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus graus, pois nem sempre a criança que é portadora de deficiência, apresenta distúrbio de aprendizagem, ou vice-versa, então todos são considerados portadores de necessidades educativas especiais (SILVA *et al*., 2008).

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas tem sido um assunto bastante discutido, tanto na área educacional quanto na social. No entanto, falar de inclusão não é tarefa fácil, mas necessária. Incluir não quer dizer colocar o aluno na escola sem lhe dar as condições necessárias de permanência e assistência educacional, e sim dar suporte pedagógico, além de um ensino de qualidade que desenvolva as suas potencialidades, quer sejam elas cognitiva, motora ou afetivo-social (SOUZA *et al*., 2010).

Para Aranha (2002), inclusão quer dizer afiliação, compreensão, envolvimento, ou seja, inclusão significa convidar aqueles que, de alguma forma tem esperado por um espaço condigno e pedir para lhes ajudar a desenhar sistemas novos que encorajem a todos para participar da completude das suas capacidades, como membros e companheiros; incluir aqueles que de alguma forma tiveram seus direitos perdidos ou que, por algum motivo, não os exercem.

Mazzotta (2002) acredita que o ponto fundamental é entender e compreender que integrar quer dizer ampliar a participação nas situações comuns, para aqueles que se encontram segregados, ou seja, a integração é necessária para as pessoas que se encontram em situação de educação especial ou qualquer outra situação de segregação. Já para os deficientes

que se encontram em escolas regulares, deve-se preservar a educação escolar baseada no princípio da não segregação, ou seja, da inclusão.

Para Mantoan (1997) o desafio a respeito da inclusão provoca inquietações, e, portanto, a melhoria da educação. Assim, para que estes alunos alcancem o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que as escolas aprimorem suas práticas, a fim de atender às diferenças. A autora destaca que a inclusão "é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico" (p.120).

Neste sentido, a autora defende uma escola inclusiva para todos. Ressaltando que este modelo de escola atualmente posto precisa ser modificado. No entanto, destaca que a escola integradora (é muito mais cômoda e que a tarefa muito difícil é de quebrar estes padrões). Para ela, é incompatível inclusão com integração, pois todos têm o direito de frequentar a rede regular, a escolaridade do aluno é responsabilidade da escola comum, tenha ele dificuldades, deficiências ou altas habilidades. Entretanto, os alunos com deficiências não têm tido seus direitos assegurados pelas escolas. O que ainda existe são escolas que estão longe de se tornarem inclusivas, que desenvolvam projetos de inclusão, os quais não visam mudanças de paradigmas e continuam a atender esses alunos com deficiências em espaços segregados em escolas e classes especiais (MANTOAN, 1997).

Deste modo, a justificativa das escolas que não estão atendendo os alunos em suas turmas com deficiências é de não terem professores preparados para este fim, ou não acreditam que esta inclusão não os tragam benefícios. Porém, nas duas situações acima citadas, fica evidente a urgência em se redefinir práticas e se quebrar de vez com esses paradigmas, esforçando-se excessivamente em colocar novas ações pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos (MANTOAN, 1997).

Entende-se, com isso, que mudar a escola exige muito trabalho. Mudanças estas que envolvam atualização e desenvolvimento de novas práticas escolares mais desafiadoras. Mas precisa se tornar realidade, pois enquanto se continua com o modelo de escola apenas integrador, ainda será possível ver pessoas serem segregadas em espaços nos quais se espera que haja uma educação para a cidadania.

A Inclusão Escolar no Brasil

A política da educação inclusiva no Brasil, embasada entre diferentes Documentos Internacionais, tais como a Declaração de Salamanca (1994), afirma que as escolas regulares, com propostas para o ensino inclusivo, é o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias. Porém, a educação está longe de ser o modelo ideal. Na visão de Mantoan (2003), o melhor atendimento escolar para pessoas com deficiência, tanto quanto para qualquer outra criança, é mesmo a escola regular.

A prática da inclusão escolar pauta-se na capacidade de reconhecer e o outro e, assim, poder ter o privilégio de conviver e compartilhar com outras pessoas diferentes; estender a todas as pessoas sem qualquer tipo de exceção. Os pais, no Brasil, ainda não se posicionaram em favor da inclusão escolar de seus filhos, contrariamente a outros países. Apesar de esta diferença constar na Constituição Federal (1998), verifica-se uma tendência dos pais de se organizarem em associações especializadas para garantir o direito à educação dos seus filhos com deficiências (MANTOAN, 2003).

Sá (2012) afirma que a escola inclusiva exige novas competências e novas estruturas. As escolas públicas, em tempos tão atuais, não têm correspondido às características socioculturais e individuais diferenciado de seu alunado, funcionando de forma excludente e seletiva.

A educação brasileira tem se apresentado ineficiente ao atendimento de sua clientela, pois, conforme Gurgel (2007), a educação especial foi tradicionalmente concebida com a destinação em atender deficientes em suas mais diversas especificidades, sejam elas no intelecto ou motora. Nesta modalidade de ensino também estariam inseridos os alunos com altas habilidades e superdotação. A inclusão, em seu conceito, é uma dificuldade a ser enfrentada pelos professores das escolas, pois, precisa-se de tempo para ser implementado um projeto que envolva toda a escola, além de mudanças de paradigmas e concepção dos educadores. Simultaneamente a isso, é preciso uma mudança de práticas escolares, permitindo assim, o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais, buscando garantir a permanência nos espaços de ensinos regulares.

Competências do professor de Educação Física ante a inclusão em suas aulas

O papel do Professor de Educação Física neste contexto não é diferente ao que já vem ocorrendo nas escolas: proporcionar a vivência e o desenvolvimento motor adaptando-se às mais diferentes realidades com a finalidade de garantir o direito de todos ao ensino, inclusive aos "Portadores de Deficiência" preferencialmente no ensino regular, assim documentado

legalmente com a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial na Educação Básica (2001).

Para Facion (2012, p. 158), "no Brasil, assuntos relativos à formação de professores ainda causam muita polêmica nos meios educacionais". A formação deve ser entendida como um processo continuado e prolongado por toda a vida profissional de educador. O professor deve ser preparado para novos desafios da educação. Em torno desse tema, esperamos que a formação do professor seja priorizada para alcançar uma prática educativa de qualidade, com metas tanto na técnica dos conteúdos quanto na construção dos novos saberes.

Do ponto de vista de Paulo Freire (1996), ensinar não se restringe apenas à simples transmissão de poderes ou de saberes prontos, mas sim, constitui serviço constante de autonomia e amor ao trabalho. O professor deve agir com os alunos de acordo com as suas possibilidades e limitações, deixando se manifestar toda a sua curiosidade, e, assim, todo o seu potencial da criatividade. A formação atual do professor deve criar espaços de reflexão para que esse profissional aprenda a se adaptar à realidade da inclusão, bem como lhe dar com incertezas sobre sua profissão.

É uma mudança complexa, mas possível. Basta lutar por ela, que se esteja aberto a colaborar na procura dos caminhos pedagógicos da inclusão e no aperfeiçoamento para tal. Nem toda diferença necessariamente inferioriza as pessoas, elas têm diferenças e igualdades, mas nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo é diferente. Diz Santo apud Mantoan (2003, p. 79), "é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade se descaracteriza e direito de sermos iguais quando a diferença se inferioriza".

Também é importante evidenciar o papel do professor de Educação Física diante dos alunos deficientes em cooperar com o desenvolvimento integral do aluno, respeitando as diferenças e valorizando as capacidades de cada um; oferecer espaço em que o aluno possa participar ativamente, compreender e se desenvolver como personagem ativo na construção do conhecimento, por meio de atividades práticas individualizadas e em grupos, para que, assim, haja uma colaboração entre os alunos e para que esse processo se acrescente de forma conjunta, pois é na relação com o outro que o indivíduo se constitui e se transforma; trabalhar em parceria com a equipe capacitada que acompanha o aluno dentro da escola, bem como as famílias, com o intuito de dilatar as possibilidades de inclusão (WERNECK, 1999; SILVA, 2008; SOUZA *et al*., 2010)

O ofício do professor de Educação Física não pode ser entendido como vocação apenas, mas sim, como profissão que requer muito estudo continuado, reflexões e uma prática realmente inovadora e transformadora. A capacitação é um dos meios de iniciar a mudança na qualidade do ensino para gerar contextos educacionais inclusivos, capazes de assegurar a aprendizagem de todos os alunos, respeitando tempos, ritmos, superando barreiras psicológicas e físicas, entre outras. A formação do professor para o referido assunto, não deve se estreitar a torná-lo consciente das potencialidades dos alunos, mas também de suas próprias condições para ampliar o processo de ensino inclusivo (MANTOAN, 1997; WERNECK, 1999; SILVA, 2008;).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo apresentou característica exploratória, pela pesquisa de campo desenvolvida (MATTOS *et al*., 2008), no intuito de elucidar as questões problematizadoras que permearam o tema e possibilitaram alcançar os objetivos propostos. Para isto, com base em um protocolo elaborado com questões abertas (VIEIRA; HOSNE, 2003) para obtenção das respostas cabíveis ao estudo, valeu-se do método qualitativo – descritivo para apresentação dos resultados mediante tabelas e opiniões expressas dos entrevistados (MATTOS *et al*., 2008; MARCONI; LAKATOS, 2008, VIEIRA; HOSSNE, 2003).

Para o desenvolvimento do presente estudo foram implementadas estratégias de investigação, tais como: primeiramente, levantamento de pesquisa bibliográfica em sites científicos com o propósito de fundamentar o campo teórico deste estudo quanto à formação e preparo necessários aos professores necessários em um espaço escolar inclusivo; em seguida, pesquisa de campo, ao investigar o discurso de Professores de Educação Física Escolar da cidade de Ivinhema/MS, por meio de entrevistas diretas na obtenção dos dados que delineassem as questões problematizadoras do estudo (MATTOS *et al*., 2008; MARCONI; LAKATOS, 2008, VIEIRA; HOSSNE, 2003).

A amostra não probabilística, intencional, caracterizou-se pelo fato de o universo da pesquisa constituir-se de uma parcela pequena de Professores (N=15) de Educação Física da cidade de Ivinhema/MS, sendo composta por 8 (oito) professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino que aceitaram participar da pesquisa, respeitando-se o direito de recusa dos sujeitos no momento da abordagem com explicações dos propósitos do estudo. Com os dados coletados, efetivou-se uma análise inserindo os resultados em Tabelas dispostas no

próximo tópico deste trabalho com interpretação descritiva, sem a possibilidade de realizar tratamento estatístico, dado o teor qualitativo ora proposto.

Para efeito da análise dos resultados qualitativos obtidos utilizou-se o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) cuja técnica de tabulação e organização de dados possibilita inferir elementos padronizados, por intermédio de depoimentos sem que sejam reduzidos à quantidades, expressando a ideia do sujeito que faz parte de uma coletividade (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003) como se esta coletividade fosse o emissor de cada um (LEFEVRE *et al*., 2003, p. 70). Estes autores referem-se á técnica como uma possibilidade de "selecionar, de cada resposta individual (obtida) a uma questão, as Expressões-Chave, que são trechos mais significativos destas respostas".

RESULTADOS

As Tabelas abaixo representam, de forma organizada, a subjetividade dos resultados encontrados mediante o discurso dos sujeitos entrevistados e na *Tabela 1*, estão dispostos os resultados quanto à idade; sexo, período em que o entrevistado cursou sua formação superior em Educação Física e há quanto tempo atua na área.

Tabela 1: Dados amostrais da pesquisa relacionados à idade, sexo, período de formação acadêmica e tempo de atuação.

Entrevistados	Idade	Sexo	Período de Formação acadêmica	Tempo de atuação
01	44 anos	Feminino	1993 a 1996	18 anos
02	35 anos	Feminino	2000 a 2004	12 anos
03	35 anos	Masculino	1998 a 2001	16 anos
04	59 anos	Masculino	1983 a 1985	30 anos
05	36 anos	Feminino	2000 a 2003	13 anos
06	27 anos	Feminino	2008 a 2011	4 anos
07	42 anos	Masculino	1996 a 1999	22 anos
08	40 anos	Masculino	2000 a 2003	12 anos

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se percebe na amostra, a maioria dos entrevistados pertence a uma faixa etária adulta, entre 35 (trinta e cinco) e 59 (cinquenta e nove) anos; quanto ao gênero, a amostra encontra-se em igualdade de distribuição do sexo feminino e masculino; no que se refere ao período de formação, somente 1 (um) destes possui um tempo relativamente pequeno de formação acadêmica, 5 (cinco) anos, se comparado aos demais que possuem formação entre 12 (doze) e 31 (trinta e um) anos, este último já considerando a possibilidade de aposentadoria; em relação ao tempo de atuação, apenas 1 (um) atua menos de 5 (cinco) anos, enquanto os demais atuam entre 12 (doze) e 30 (trinta) anos. Percebeu-se pela associação entre "período de formação acadêmica" e "tempo de atuação" que na amostra investigada, 2 (dois) professores já atuavam antes da formação acadêmica, os entrevistados de número 03 (três) e 07 (sete).

Na *Tabela 2* estão os resultados para as palavras-chave: *possibilidades* e/ou *conflitos* e a opinião de cada sujeito da amostra.

Tabela 2: Dados amostrais do questionamento: Inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física - POSSIBILIDADES ou CONFLITOS?

Entrevistado 1	(CONFLITO): Por não ter formação adequada, brinquedos certos, espaços, salas superlotadas, torna-se difícil o trabalho do professor com os alunos (especiais).
Entrevistado 2	(POSSIBILIDADE): Dependendo do grau da necessidade especial, integrar o aluno é importante e gerar a possibilidade de ser tratado sem diferenças e preconceitos. (CONFLITO): Quando o grau de necessidade especial for grande é difícil integrar pelo fato de necessitar realmente de um tratamento especial.
Entrevistado 3	(CONFLITO): O processo de aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Especiais conflita com as barreiras de adaptação de currículo e/ou atitudinais, não só arquitetônicas como geralmente é dito.
Entrevistado 4	(POSSIBILIDADE): Quando realmente a escola oferece condições físicas e materiais para tal prática. (CONFLITO): Se a escola estivesse realmente preparada com a infraestrutura adequada, bom como acessibilidade e material didático específico e o próprio preparo do Professor.
Entrevistado 5	(POSSIBILIDADE) Acredito que através da inclusão podemos transformar a forma de pensar dos alunos de uma maneira geral e resgatar a alta estima

	desses alunos inclusos.
Entrevistado 6	(CONFLITO): Geralmente com a lotação das salas públicas eles acabam sendo muito mais excluídos do que incluídos no sistema escolar.
Entrevistado 7	(POSSIBILIDADE): No meu ponto de vista, o profissional da Educação Física deve ir além de seu próprio conhecimento, ensinar ao desconhecido e estimular sempre, a criatividade dos alunos, respeitando seus limites.
Entrevistado 8	(POSSIBILIDADE): Quando falamos da inclusão sempre há possibilidades e a oportunidade de se adequar as atividades para que os alunos inclusos possam participar.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados acerca da inclusão colocando-se duas alternativas de respostas: *possibilidades* ou *conflitos*, 2 (dois) dos entrevistados argumentaram para as duas propostas, justificando na alternativa *possibilidades* como forma de tratamento igual, sem preconceito nem diferença, e a escola oferecer suporte para tal. Em relação à alternativa: *conflitos*, o argumento fica por conta do grau de deficiência de cada aluno e a falta de infraestrutura adequada que não é oferecida pela escola.

Dos demais entrevistados, 3 (três) apontaram *possibilidades* como um propósito do professor "ir além" do próprio conhecimento e criatividade, promovendo a inclusão como resgate da auto estima do aluno, promovendo adequação das diversas atividades, sempre respeitando os limites dos alunos, sua individualidade e especificidades de cada nível de deficiência ou limitação- o que se supõe, não ser tarefa fácil ante as dificuldades enfrentadas no cotidiano das aulas: falta de materiais, falta de infraestrutura das quadras de esporte ou do espaço físico, sendo que muitas aulas são realizadas em quadras descobertas; enquanto 3(três) entrevistados descreveram os "conflitos" com relação ao grau de necessidade e a infraestrutura das escolas, confirmando o discurso exposto na alternativa "possibilidades".

Conforme estudo de Ribeiro e Parizotto (2010) desenvolvido na Rede Pública Municipal de Dourados/MS, todos os entrevistados (n=16) acreditavam na *possibilidade* da inclusão, mas, que condições favoráveis deveriam ser ofertadas aos profissionais de Educação Física envolvidos na ação docente para um atendimento que não somente integrasse o aluno especial à sala de aula, mas, que realmente o incluísse no processo pedagógico e na ação docente. Martins (2014) tem uma visão bastante clara quanto a este aspecto enunciando que os ambientes tidos como inclusivos devem apresentar mudanças de atitudes no seio da

comunidade educativa, investindo na formação dos recursos humanos (alunos e professores) e nas relações estabelecidas entre escola e família.

Quando questionados se tinham ciência da oferta de vagas para alunos especiais em todos os anos nas escolas, todos afirmaram positivamente. No entanto, não bastam apenas a oferta e a disponibilização de vagas. Nas palavras de Souza *et al*, (2010, p. 1/1), para se ter uma educação inclusiva é necessária "uma transformação profunda na estrutura, na organização e na compreensão" dos conceitos acerca das relações sociais de modo geral. Mediante "condições humanas e materiais reais criados no ambiente escolar", promovendo ações sérias e concretas quanto à "prática pedagógica na qual a inclusão, de fato, pudesse começar a ser uma realidade". Para tanto, "disponibilização de verbas, valorização e qualificação da comunidade escolar, especialmente de professores e corpo técnico da escola" são medidas fundamentais no atendimento destes alunos.

Na *Tabela 3* encontram-se resultados quanto a presença de alunos com deficiência e quais são as deficiências.

Tabela 3: Há alunos com deficiência em sua aula de Educação Física? SIM ou NÃO. Em caso afirmativo, qual tipo de necessidade especial apresentada?

Entrevistado 1	SIM	Síndrome de Down.
Entrevistado 2	SIM	Deficiência Auditiva.
Entrevistado 3	SIM	Deficiência Intelectual.
Entrevistado 4	SIM	Deficiência Auditiva, Intelectual e Paralisia Cerebral.
Entrevistado 5	NÃO	
Entrevistado 6	SIM	Surdez.
Entrevistado 7	SIM	Deficiência Motora.
Entrevistado 8	SIM	Deficiência Intelectual, Deficiência Motora.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao tipo de necessidade especial, as respostas foram diversas, demonstrando diversidade nos deficiências encontradas, sendo algumas de ordem física e outras de ordem intelectual, e que, cada uma necessita de um atendimento específico e individualizado conforme os níveis de limitações: Síndrome de Down, Deficiência Auditiva, Deficiência Intelectual, Deficiência Cerebral, Surdez e Deficiência Motora, sendo apenas o Entrevistado 05 sem aluno especial, mas afirmando que as vagas são ofertadas pela escola.

Na *Tabela 4*, o questionamento era relacionado à forma de participação do aluno deficiente nas aulas, obtendo-se:

Acerca da participação dos alunos especiais, 2 (dois) dos entrevistados explicaram que suas aulas são inclusivas e com boa participação dos mesmos, sendo acompanhados por intérpretes; os demais argumentaram que: "Procuro fazer adaptações de algumas atividades para que todos possam socializar-se com os demais colegas (entrevistado 4); "Fazendo que sejam incluídos nas mesmas brincadeiras que os demais alunos fazem (entrevistado 8); "Adaptação da atividade desenvolvida de forma que o mesmo possa integrar e adquirir o conteúdo" (entrevistado 3).

Souza *et al*, (2010, p. 1/1) fazem um aporte histórico dos portadores de necessidades especiais, classificando as fases em diferentes períodos da História: fase da exclusão; fase da segregação; fase da interação e, por fim, fase da inclusão. As autoras chamam a atenção para os avanços ocorridos nos últimos anos, citando "as leis que asseguram a presença das pessoas com necessidades especiais nas escolas de ensino regular". Contudo, "apesar dos avanços ainda são várias as barreiras que impedem o acesso, a permanência e o convívio destas pessoas de forma efetiva no espaço escolar, como também em todas instancias da sociedade".

Tabela 4: Em caso afirmativo, como ocorre a participação do aluno especial?

Entrevistado 1	Atividades direcionadas a sua deficiência e atividades com os demais colegas.
Entrevistado 2	É acompanhado de um intérprete e sempre foi participativo e se integra muito bem com todos.
Entrevistado 3	Adaptação da atividade desenvolvida de forma que o mesmo possa integrar e adquirir o conteúdo.
Entrevistado 4	Procuro fazer adaptações de algumas atividades para que todos possam socializar-se com os demais colegas.
Entrevistado 5	____
Entrevistado 6	Desenvolvo suas atividades normais, tendo uma interprete me orientando.
Entrevistado 7	As participações nas aulas são normais, pois eu sempre respeito os seus limites.
Entrevistado 8	Sendo tratados com igualdade fazendo que eles sejam incluídos nas mesmas brincadeiras que os demais alunos fazem.

Fonte: Dados da pesquisa.

A **Tabela 5** demonstra os resultados para o fato de ter recebido ou não formação adequada para acolhimento e atendimento especializado na formação acadêmica dos sujeitos da amostra e, em caso afirmativo, qual teria sido esta formação.

Já em relação à formação acadêmica voltada para as questões da inclusão quando questionados, apenas 1 (um) respondeu afirmativamente, citando a Disciplina de Libras e a participação em alguns cursos, enquanto que os demais afirmaram que não obtiveram um preparo acadêmico adequado. Isto demonstra que nem todos os Cursos Superiores em Educação Física frequentados pelos sujeitos entrevistados ofereceram uma proposta educacional plena de formação que atendesse os aspectos da inclusão.

Tabela 5: O Senhor (a) recebeu formação adequada para acolhimento de portadores de necessidades especiais na Formação Acadêmica? SIM ou NÃO? Qual?

Entrevistado 1	NÃO	
Entrevistado 2	NÃO	
Entrevistado 3	NÃO	
Entrevistado 4	NÃO	
Entrevistado 5	NÃO	
Entrevistado 6	SIM	Libras e alguns cursos, porém nossa prática (experiência) acadêmica e a realidade (encontrada) são muito diferentes.
Entrevistado 7	NÃO	
Entrevistado 8	NÃO	

Fonte: Dados da pesquisa.

A proposta da *Tabela 6* é de apontar os resultados quanto aos requisitos necessários ao professor de Educação Física para acolhida do aluno com deficiência em suas aulas, obtendo-se:

Tabela 6: Quais os requisitos fundamentais inerentes ao Professor de Educação Física na acolhida do aluno Especial?

Entrevistado 1	Como trabalhar em projetos, a acolhida ao aluno especial é a mesma dada aos outros alunos.
Entrevistado 2	Dar uma atenção especial, repudiar qualquer tipo de discriminação, impor a presença de cooperação entre todos, tratá-lo com amor.
Entrevistado 3	Identificar não só no aluno com essa necessidade, mas em todos os outros qual a melhor forma para que os mesmos aprendam e direcionar

	planejamento para tal.
Entrevistado 4	Preparação específica do professor para que possa acolher o aluno sem constrangimento.
Entrevistado 5	Conhecimento sobre o aluno, a turma que vai trabalhar e uma aula bem elaborada.
Entrevistado 6	Buscar conhecer a dificuldade do seu aluno e aplicar em suas aulas, algo para ajudá-los.
Entrevistado 7	Tratá-los como os outros e sempre respeitar seus limites.
Entrevistado 08	Paciência e sabedoria, como também, bom senso para entender os limites de cada aluno.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na pergunta que considerou os requisitos fundamentais ao professor no acolhimento do aluno especial, todos deram respostas diversas, sendo entre elas: trabalhar em projetos de igualdade para todos; atenção especial sem deixar qualquer tipo de discriminação; preparação do professor; conhecimento sobre o aluno e a turma; paciência; sabedoria e saber entender os limites de cada aluno envolvido.

Na *Tabela 7* estão os resultados para as barreiras enfrentadas pelos sujeitos da entrevista:

Tabela 07: Na sua percepção, quais as maiores barreiras que o professor enfrenta no processo de inclusão.

Entrevistado 1	Não ter cursos de formação, salas/escolas adequadas aos portadores, Materiais.
Entrevistado 2	Falta de formação necessária e falta de estrutura adequada.
Entrevistado 3	Salas numerosas, necessidade individual de cada um e aceitação dos alunos à individualidade dos alunos (especiais).
Entrevistado 4	Despreparo acadêmico, infraestrutura física, falta de material específico e acessibilidade.
Entrevistado 5	O próprio professor e as salas superlotadas.
Entrevistado 6	A sua preguiça (do profissional) e o seu comodismo (do profissional).
Entrevistado 7	A falta de materiais adequados na escola.
Entrevistado 08	A falta de conhecimento das diversas deficiências e como lidar com cada uma delas sem os devidos conhecimentos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, quando questionados quanto às barreiras enfrentadas no processo didático-pedagógico para inclusão dos alunos com deficiência, 1 (um) levantou o ponto da preguiça e comodismo dos próprios professores, enquanto os demais justificaram a mesma linha: o despreparo acadêmico, a falta de material nas escolas e as salas superlotadas. Por certo, atuar em uma sala que tenha portadores de necessidades especiais vai exigir do professor, além dos conhecimentos inerentes da Área de Educação Física, maior envolvimento, dinamismo, criatividade, boa vontade e aulas bem planejadas que atendam às expectativas de todos os alunos de forma indistinta.

Ao apresentar o tema Inclusão Escolar, deve-se refletir acerca do aluno com deficiência e suas especificidades e fazer com que o preconceito empobreça cada vez mais, primeiramente dentro de cada um de nós, para que não se dificulte o processo inclusivo, e não visando somente o espaço educacional, mas também a sociedade e em todos os segmentos que a envolvem. Pensar a inclusão do aluno com deficiência na Educação Física escolar leva à compreensão de requisitos básicos e fundamentais quanto ao *atendimento* e *entendimento* das suas necessidades, respeitando-os, sem ocultar seus potenciais em um princípio fundamental à diversidade para as relações humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir das respostas obtidas, que a maioria dos professores se mostrou com a formação acadêmica destituída de bases de sustentação teórica e prática para intervenções adequadas em um processo inclusivo nas aulas de Educação Física, porém, os mesmos possuem alunos com algum tipo de deficiência em suas salas de aula e necessitam de olhares cuidadosos para que estes alunos não sejam discriminados e marginalizados na sua práxis pedagógica. Verificou-se ainda que, o único suporte que as escolas oferecem ao professor de Educação Física durante o desenvolvimento dessas aulas é a disponibilização de um intérprete, ou seja, uma pessoa que possui o papel de "auxiliar" o aluno especial na condução das atividades proporcionadas. Porém, no discurso destes professores apenas esta medida não é suficiente o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem.

Enfim, o presente estudo apontou muitas dificuldades no discurso destes profissionais pela diversidade de deficiências que encontram com representação de especificidades na conduta do aluno e consequente especificidade no seu atendimento. Existe urgência de capacitação adequada nos Cursos Superiores de formação acadêmica, bem como formação continuada, preparando estes profissionais para os enfrentamentos no cotidiano de sua ação

docente, quando se entende que a educação é o alicerce para o desenvolvimento social do indivíduo, consolidado na escola, em que se espera desenvolver suas capacidades plenas, abarcando todas as possibilidades para o desenvolvimento de potencialidades de forma digna que transforme este ser humano em um ser sociável, apto a integrar-se e interagir na sociedade em uma verdadeira concepção de inclusão.

É sabido que a Inclusão é assegurada por lei, o que fez com que aumentasse a procura por vagas nos espaços escolares nos últimos anos conforme evidenciado neste estudo, mas, a inclusão vai muito além de apenas "colocar o aluno especial em uma sala de aula". Nem sempre os professores estão capacitados para o atendimento individualizado, em escolas que não possuem suporte inclusivo, que não ofereçam estrutura física e materiais adequados para as intervenções necessárias. A procura não é apenas por uma colocação na escola, preenchendo uma vaga, sem possibilitar uma permanência e assistência educacional adequadas, com suporte pedagógico em um ensino de qualidade, que contemple todas as potencialidades do aluno com deficiência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.. S.de.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da Educação Física. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília – SP, 2005, v.11, n2, p. 223-240.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologias*, v. 2. 63-70, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso: 08 de abril de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Especial na educação Básica. Brasília: CNE/ CEB, 2001b.

CELEDÓN, E. R. *Inclusão escolar: um desafio.* Disponível em: http://www.geocities.com/profestebanpolanco/inclusao.htm. Acesso: 9 fev. 2016

FACION, J. R. *Inclusão escolar e suas Implicações*. 1. ed. São Paulo: Intersaberes, 2012. 158 p.

FILUS, J. F. Amarrações e arrumações na inclusão escolar do município de Hortolândia – SP. *Tese* (Doutorado em Educação Física), UNICAMP. Campinas, SP: 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia:* saberes necessários à prática educativa**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GURGEL, T. Inclusão: só como aprendizagem**.** *Revista Nova Escola*. Editora Abril, n° 206, 2007.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A M. C. *O Discurso do Sujeito Coletivo:* Um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Desdobramentos. Caxias do Sul: Educs 2003.

LEFEVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização "Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU", São Paulo – 2002. *Saúde e Sociedade* v.12, n.2, p.68-75, jul-dez 2003.

MANTOAN, M. T. E. *A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.* São Paulo: Ed. SENAC, 1997. 235p.

_____, M. T. E. *Inclusão escolar:* O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____, M. T. E. *Pela escola inclusiva para todos*. Direcional escolas, jul. de 2007.

MARCONI, M. de A.,; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, C. L. R. Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-657, abr./jun. de 2014.

MATTOS, M. G. de.; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; BLECHER, S. *Metodologia da pesquisa em Educação Física*: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

RIBEIRO, E. A.; PARIZOTTO, Z. A. M. *Perspectivas da inclusão de portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física pelos professores das Escolas Municipais de Dourados/MS.* Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física. Unigran, Dourados 2010.

SÁ, E. D. de. *Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural.* Disponível em http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/plural.htm. Acesso em 06 de Fevereiro de 2016.

SARAIVA, J. F.; LEVANDOSKI, G. Adversidades encontradas pelos profissionais da educação frente aos alunos com deficiência Visual. *Revista de Educação do Vale do São Francisco (REVASF)*, v. 5, p. 47-58, 2015.

SILVA, J.. P. P.; SANTOS, J. G. da S. *A Exploração do Conteúdo Esporte nas Aulas de Educação Física Inclusiva Para Deficientes Físicos*. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física. UFRN, Natal, 2008.

SOUZA, L. N..; ALCÂNTARA, M. S. de.; CABRAL, A. P. Crianças com Necessidades Especiais: Reflexão Sobre a Inclusão nas Escolas Públicas do Ensino Regular. *Lecturas Educación Física y Deportes*, Ano 14 No141, 2010.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. *Metodologia científica para a área da saúde.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

WERNECK, C. *Quem cabe no seu "Todos"?.* Rio de Janeiro: WVA, 1999.